



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

MANOEL MARCOS NASCIMENTO DOS SANTOS

**O SOBRETALHO DOCENTE E SUAS CONSEQUÊNCIAS NUMA
ABORDAGEM HISTORICISTA LINEAR**

SOUSA – PB
2014

MANOEL MARCOS NASCIMENTO DOS SANTOS

**O SOBRETALHO DOCENTE E SUAS CONSEQUÊNCIAS NUMA
ABORDAGEM HISTORICISTA LINEAR**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Valmir Pereira.

SOUSA – PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237s Santos, Manoel Marcos Nascimento dos
O sobretrabalho e suas consequências numa abordagem
historicista linear [manuscrito] / Manoel Marcos Nascimento dos
Santos. - 2014.
31 p.

Digitado.
Monografia (Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas
Interdisciplinares EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-
Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.
"Orientação: Profº. Valmir Pereira, Departamento de
Filosofia".

1. Trabalho Docente. 2. Precarização Educacional. 3.
Precarização do Trabalho Escolar. I. Título.

21. ed. CDD 371.1

MANOEL MARCOS NASCIMENTO DOS SANTOS

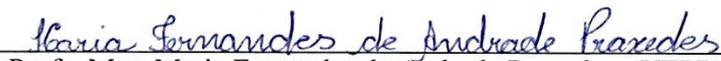
**O SOBRETALHO DOCENTE E SUAS CONSEQUÊNCIAS NUMA
ABORDAGEM HISTORICISTA LINEAR**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

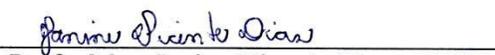
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Valmir Pereira- UEPB - UEPB
Orientador



Profa. Msc. Maria Fernandes de Andrade Praxedes - UEPB
Examinadora



Profa. Msc. Janine Vicente Dias - UEPB
Examinadora

Sousa - PB
2014

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, Dona Fran, e à minha família, porque o sangue é o mais importante. Especialmente a Hiago e a Lucas, meus amores, que literalmente me tiraram deste trabalho muitas vezes.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e múltiplas oportunidades que tem me proporcionado ao longo da minha existência. Pela proteção e cuidados sempre presentes.

Ao sangue, que faz de mim membro de uma família maravilhosa que me apóia incondicionalmente em qualquer empreitada a que me dedico. Especialmente a Claudinha que sempre se preocupa mais do que o devido, uma “irmazona”.

Ao governo do Estado da Paraíba pela oportunidade dessa especialização.

A UEPB, com seu corpo de professores, administradores e funcionários incansáveis, sempre prontos a darem o melhor de si e a tirar o máximo de nós.

A Ana Alice pelas dicas e comprometimento com o Pólo de Sousa, um elo importantíssimo entre a Universidade e os professores.

A Valmir, orientador, professor, pensador e filósofo, que arriscou o novo em nome do entendimento que alguém precisa lidar com os vespeiros, e fomos nós.

Aos amigos, professores, colegas e funcionários que fazem a educação com amor e responsabilidade, vocês são heróis.

Aos meus alunos, que me motivam a pensar que a educação tem o seu lugar de importância na vida deles, e pelas ausências para madurar esse trabalho.

A Genecilda e Marília, minhas diretoras, pelo apoio e ajuda, sem vocês não seria possível este trabalho.

E a alguns bem especiais que confiaram mais em mim do que eu mesmo muitas vezes e que entenderam minhas ausências e introspecções.

Mui grato.

Pensar o pensado não é novo nem admirável.
Pensar o impensado é aventurar-se no desconhecido porque é na busca do novo onde reside a verdadeira essência do prazer das descobertas, por mais estranhas e dolorosas que possam parecer.

(Marcos Gotinha)

RESUMO

O presente trabalho de ordem bibliográfica tem como fundamento a acepção dos conceitos de trabalho, sobretrabalho, precarização, relacionados com o trabalho docente e entendidos pelo viés histórico, onde se apresenta uma leitura social dos efeitos dos termos para a sociedade que se vê controlada e manipulada em sua instância mais básica que é a manutenção de sua subsistência pelo modal do trabalho. O principal intuito dessa abordagem temática foi analisar como os governos, sociedades e grupos se escondem numa falsa idéia de investimento no professor docente e, por extensão, à educação, e quais leituras advém dessas políticas de sedução e controle desenfreados, que na sua maioria não são percebidos. Uma dificuldade que se apresentou precocemente foi a total ausência de livros que tratassem do tempo pensado de forma elucidada e profunda. Todas as referencias da pesquisa estão ancoradas em teses, monografias, artigos e/ou similares que sinalizam a carência de estudos sobre o tema. A opção por uma linha bibliográfica mostrou-se a mais sensata pelo referencial citado e por falta de um estudo normativo que envolvesse o entendimento dessa evolução histórica da precarização do trabalho e da transformação do trabalhador em algo destituído de identidade e meramente sujeito a um produto. Recorreu-se ao fundamento sociológico da revolução industrial e as conseqüências para a modernidade e contemporaneidade do capitalismo, não só numa linha marxista como também em diferentes abordagens teóricas onde se explicita a origem do sobretrabalho no conceito de Mais-Valia e os resultados dessa sobrecarga na saúde dos professores hoje.

PALAVRAS-CHAVE: Sobretrabalho. Precarização; Mais-Valia; Educação; Trabalho Docente.

ABSTRACT

This bibliographic order is based on the meaning of the concepts of work, overwork, casualization, work related to teaching and understanding the historical bias, which presents a social reading of the terms of the effects on society that sees controlled and manipulated in its most basic instance that is maintaining their livelihood by modal work. The main objective of this thematic approach was to analyze how governments, companies and groups are hiding in a false idea of investment in teaching professor and, by extension, education, and what comes of these policies readings of seduction and control rampant, which mostly do not are perceived. One difficulty that presented earlier was the total absence of books that addressed the time thought of and deeply elucidated. All references are anchored in research theses, monographs, articles and / or similar to signal a lack of studies on the subject. The option of online bibliographic proved the wisest and the reference cited for lack of a normative study involving the understanding of this historical evolution casualization of labor and the transformation of the worker into something devoid of identity and merely subjected to a product. We resorted to the sociological foundation of the industrial revolution and the consequences for modernity and contemporaneity of capitalism, not only a Marxist line as well as in different theoretical approaches where it explains the origin of the concept of surplus labor surplus value and the results of overload health of teachers today.

KEYWORDS: Overwork. Precariousness. Surplus Value. Education. Teaching Work.

LISTA DAS SIGLAS

HTPC - Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: A FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICO-SOCIOLÓGICA	13
A Alienação	13
A Mais-valia	15
CAPÍTULO II: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	17
Precarização Numa Conjuntura Histórica	17
A Precarização do Trabalho Docente	19
A Precarização do Currículo	23
CAPÍTULO III : A PRECARIZAÇÃO E A SAÚDE DO PROFESSOR	25
CONCLUSÃO?	31
BIBLIOGRAFIA	32

INTRODUÇÃO

O conceito primeiro, tendo que partir de algum particular, recai na idéia de se perceber o sobretrabalho como o excesso de demandas e obrigações que são acopladas ao trabalho docente, numa falácia incógnita transvertida de aprimoração, melhorias, e reestruturações, que visam uma política do bem-estar¹ diretamente envolvida com a temática positivista e, que, se não for combatida, ocorrerá no risco de perda de identidade por parte do trabalhador, esteja ele pronto para essa realidade ou não.

Vive-se, na atualidade econômica e usurpadora das economias capitalizadas, uma emergente cadeia de situações que forcem o aprimoramento funcional ou educacional, de forma avassaladora, onde o profissional da educação é arrastado de forma inconsciente a um excesso de trabalho que muitas vezes é transfigurado em evolução e inserção às novas modalidades de ensino. Junte-se a isso o desejo latente do professorado em crescer profissionalmente e aumentar seus ganhos proporcionalmente.

No entanto, o que não se percebe facilmente, é que o volume de sobrecarga ofertado ao professor, que não mais fisicamente é capaz de assumir toda a responsabilidade que cobre sua intenção enquanto educador, é mais uma forma de controle e escravização. Mesmo as escolas, secretarias de ensino, regiões e outros sub-órgãos que regularizam e normatizam a educação, em nome muitas vezes da (r)evolução tecnológica, forcem o docente a uma sobrecarga desumana de atividades escolares para o âmbito do extraclasse.

Cursos online, treinamentos, reciclagens que abertamente crescem, ao já carregado e saturado “negar o ócio”² dos mestres, uma nova leva de obrigações que não são computados para fins remunerativos, e portanto resultam em trabalho filantrópico para um empregador altamente capitalista que diz estar preocupado com a melhoria da educação e que não medirá esforços para deixar o Brasil no topo dos países desenvolvidos em educação, mas a questão que não cala é a que preço e quem pagará o ônus?

¹Alguns Estados Europeus, a América do Norte e também o Brasil, após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, adotaram um modelo político destinado a corrigir distorções na distribuição das oportunidades sociais que ficou conhecido como Estado do Bem-Estar Social.

²Trabalho vem do latim *Tripalium*, e está associado à fadiga e pena.

Partindo desse pressuposto, pretende-se aqui trilhar um caminho histórico, mais precisamente começando com o desencantamento do mundo que foi propiciado pelo advento da revolução industrial e seguido de perto pelo capitalismo, naquilo que para Marx é a porta de entrada ou mesmo de saída do homem para um estado de alienação.

O entendimento da Mais-Valia para uma contextualização dos aspectos do sobretrabalho será o próximo passo deste trabalho e a precarização do trabalho numa perspectiva histórica e um afunilamento para a precarização do trabalho docente e por fim se pretende, mesmo que rapidamente, abordar essas implicações na saúde dos professores.

CAPÍTULO I

A FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICO-SOCIOLÓGICA

A Alienação

O *sobretalho* não pode ser pensado distinto da idéia mais elementar de Trabalho. Marx vai aprofundar os conceitos e vai dizer que o fundamento da alienação do homem encontra-se na atividade humana prática.

Marx faz referência principalmente às manifestações de alienação na sociedade capitalista. Segundo ele, o fato econômico é *o estranhamento entre o trabalhador e sua produção* e seu resultado é *trabalho alienado, cindido* que se torna independente do produtor, hostil a ele, estranho, poderoso e que, ademais, pertence a outro homem que o subjuga – o que caracteriza uma relação social. (QUINTANEIRO et al, 2011)

Este estranhamento advindo do fato econômico distancia o trabalhador, e aqui trabalhador de qualquer ordem, do seu produto primário, onde ele não mais controla a sua produção, mas é diametralmente controlado por ela. Para o estudioso da sociedade e nas nuances desse movimento, tendo como pano de fundo o capitalismo, funda-se no termo *alienação*, que tem outras fontes teóricas, mas que foi absorvida com afinco por Marx.

A Palavra *alienação* tem um conteúdo jurídico que designa a transferência ou venda de um bem ou direito. Mas, desde a publicação da obra de Rousseau (1712-1778), passa a predominar para o termo a idéia de privação, falta ou exclusão. Filósofos alemães como Hegel e Feuerbach, também fazem uso da palavra, emprestando-lhe um sentido de desumanização e injustiça que será absorvido por Marx. Este faz do conceito uma peça-chave de sua teoria para a compreensão da exploração econômica exercida sobre o trabalhador no capitalismo. A indústria, a propriedade privada e o assalariamento alienavam ou separavam o operário dos *meios de produção* – ferramentas, matéria-prima, terra, máquina – e do fruto do seu trabalho, que se tornaram propriedade privada do empresário capitalista. (COSTA, 2005, p. 113)

Marx vai destacar três vertentes da alienação, onde, na primeira, o trabalhador está alheio ao produto do seu trabalho, numa relação de dominação desse para com aquele, na configuração própria àquela ocorrida no âmbito da natureza, alienação em relação aos objetos naturais. Na segunda, o trabalhador não domina nem mesmo sua vida, seu vigor

vital ou espiritual, ou seja, alienação em relação a si mesmo e terceira, onde a existência toma um teor genérico e de sobrevivência somente, levando o trabalhador a vender sua energia vital que,

não é para ele mais do que um meio para poder existir. Ele trabalha para viver. O operário nem sequer considera o trabalho como parte de sua vida, para ele é, antes, um sacrifício de sua vida. É uma mercadoria por ele transferida a um terceiro. Por isso o produto de sua atividade não é tampouco o objetivo dessa atividade. O que o trabalhador produz para si mesmo não é a seda que tece, nem o ouro que extrai da mina, nem o palácio que constrói. O que produz para si mesmo é o salário, e a seda, o ouro e o palácio reduzem-se para ele a uma determinada quantidade de meios de vida, talvez a um casaco de algodão, umas moedas de cobre e um quarto num porão. E o trabalhador que tece, fia, perfura, torneia, cava, quebra pedras, carrega etc. durante doze horas por dia - são essas doze horas de tecer, fiar, tornear, construir, cavar e quebrar pedras a manifestação de sua vida, de sua própria vida? Pelo contrário. Para ele a vida começa quando terminam essas atividades, à mesa de sua casa, no banco do bar, na cama. As doze horas de trabalho não têm para ele sentido algum enquanto tecelagem, fiação, perfuração etc., mas somente como meio para ganhar o dinheiro que lhe permite sentar-se à mesa, ao banco no bar e deitar-se na cama. Se o bicho-da-seda fiasse para ganhar seu sustento como lagarta, seria o autêntico trabalhador assalariado. apud (QUINTANEIRO et al, 2011)

Um efeito ainda mais voraz se dá quando o homem percebe que também na forma da política ele se encontra alienado, pois na representabilidade, que é uma base do liberalismo, difundiu-se a idéia de Estado como um departamento de ação política, totalmente desvinculado de parcialidade, onde representaria a sociedade, usando para isso, o poder delegado, a Ele Estado, pelo povo. A questão, porém, apontada por Marx, é que no contexto das Sociedades de Classe, esse mesmo Estado, que havia sido empossado no poder para atender a uma demanda coletiva, se mostra representando apenas a classe dominante e agindo em favor dela, voltado para o interesse de poucos, em detrimento da necessidade de muitos.

Segundo Marx, a *divisão social do trabalho* fez com que o pensamento filosófico se tornasse atividade exclusiva de um determinado grupo. As diversas escolas filosóficas passaram a expressar a visão parcial que esse grupo tem da vida, da sociedade e do Estado, refletindo, assim, seus interesses. Algumas, como o liberalismo, transformaram-se em verdadeiras *filosofias do Estado*, com o intuito explícito de defendê-lo justificá-lo. O mesmo acontece com o pensamento científico, que pretendendo-se universal, passou a expressar a parcialidade da classe social que ele representa. Esse comprometimento do filósofo e do cientista em face do poder resultou também em nova forma de alienação para o homem. (COSTA, 2005, p. 114)

Pensando de outra forma, as propriedades humanas pertencentes ao homem, enquanto trabalhador, existem em relação direta e proporcionalmente para o capital. Se ele não tem salário, logo não tem trabalho para ganhar tal salário, e se não tem trabalho e salário, nula seria sua existência. Mas como o capital lhe é estranho, e sua vida reflete-se

somente enquanto ligada a ele, empresta-se para a sua vida a mesma estranheza, ou seja, a sua vida é estranha para ele mesmo.

O trabalho assalariado funcionaria como conservador proativo do trabalhador, fazendo dele mais um instrumento produtivo. No entanto, limitar a existência humana a uma ação meramente de consumo e produto empobrece e exclui outras variáveis da concepção humana de ser humano completo, com sentimentos, vontades, desejos, paixões, belezas, os envolvimento do espírito e a própria idéia de vida em sociedade. Mas enquanto os meios produtivos existirem atrelados à sociedade privada, o homem terá suas necessidades cambiadas em dinheiro, e as novas necessidades como um meio de mais sacrifícios, dependências e controle para e pelo o Estado.

Em condições de alienação, o trabalho faz com que o crescimento da riqueza objetiva se anteponha à humanização (do homem e da natureza), sirva crescentemente como meio de exploração (ao transformar-se em capital), e só se realize como meio de vida. Por isso, *ele não é a satisfação de uma necessidade senão, somente, um meio para satisfazer as necessidades fora do trabalho.* Marx considera que o trabalhador não se sente feliz, mortifica seu corpo e arruína seu espírito no trabalho que é obrigado a fazer, que é externo a ele. E se não existisse coação ele fugiria do trabalho como da peste... Ele só se sente de fato livre em suas funções animais e em suas funções humanas sente-se como um animal: *O animal se converte no humano, o humano no animal.* Até mesmo necessidades como a de ar livre deixam de existir e o homem retorna à caverna, envenenada agora por uma mefítica pestilência da civilização, onde habita precariamente, como um poder alheio que pode fugir-lhe qualquer dia, do qual pode ser expulso qualquer dia se não paga. Tem que pagar por esta casa mortuária. No sistema capitalista, a força de trabalho é regulada como qualquer mercadoria. Assim, *se a oferta é muito maior do que a demanda, uma parte dos operários mergulha na mendicância ou morre de inanição.* (QUINTANEIRO et al, 2011, pp. 53, 54)

A Mais-Valia

Para fundamentar o conceito de *Sobretalho*, tomaremos outro importante, aspecto, tematicamente relacionado a ele, encontrado na doutrina Marxista e em outros pensadores modernos, denominado de *mais-valia*. A Mais-Valia é a denominação para a diferença entre o valor do salário recebido e o valor do trabalho produzido pelo funcionário. Diversos cientistas e pensadores sociais buscaram compreender como se deu início o sistema capitalista, dentre eles Adam Smith, David Ricardo, Werner Sombart e Karl Marx.(<http://alcateiaderaciocinios.blogspot.com.br/2013/04/teoria-da-mais-valia-karl-marx.html>)

Neste ponto, vamos recorrer ao recorrente e nada novo exemplo marxista para explicar de forma empírica esse particular do capitalismo:

O Operário e os Sapatos

Supondo-se que um operário tenha uma jornada diária de nove horas de trabalho e confeccione um par de sapatos a cada três horas. Nessas três horas ele cria uma quantidade de valor correspondente ao seu salário, que é necessário para obter o suficiente para a sua subsistência. Como o capitalista lhe paga o valor de um dia de força de trabalho, no restante do tempo, seis horas, ele trabalha e produz mais mercadorias, que geram um valor maior daquele que lhe é pago na forma de salário. A duração da chamada jornada de trabalho, é resultado, então, da operação matemática que leva em conta o quanto precisa e interessa ao capitalista que se produza, para obtenção de lucro, mas que não desvalorize o produto.

Adam Smith acreditava que o valor do trabalho somado ao produto é inferior ao valor que a mercadoria poderia ser vendida. Para David Ricardo as questões salariais estariam ligadas às necessidades básicas de sobrevivência dos indivíduos, ou seja, os funcionários deveriam receber somente o mínimo para sua alimentação e moradia. Ao realizar uma análise sobre o tema, Karl Marx concluiu que o sistema capitalista se resume a exploração do trabalhador por quem possui os meios de produção e esse “abuso” seria necessário para manter vivo o sistema capitalista do qual um indivíduo depende da força de trabalho de outros indivíduos para acumular capital e obter uma lucratividade. (<http://alcateiaderaciocinios.blogspot.com.br/2013/04/teoria-da-mais-valia-karl-marx.html>)

O capitalista, a seu bel prazer, pode obter *mais-valia* procurando e aumentando constantemente a jornada de trabalho, e assim, a produção, sem pagar mais por ela. Essa é segundo Marx a *mais-valia absoluta*. (COSTA, 2005).

Agora, pensemos numa indústria altamente mecanizada. A tecnologia aplicada faz aumentar a produtividade, isto é, as mesmas nove horas de trabalho agora produzem um número maior de mercadorias, digamos, vinte pares de sapatos. A mecanização também faz com que a qualidade dos produtos dependa menos da habilidade e do conhecimento técnico do trabalhador individual. Numa situação dessas, portanto, a força de trabalho vale cada vez menos e, ao mesmo tempo, graças à maquinaria desenvolvida, produz cada vez mais. Esse é, em síntese, o processo de obtenção daquilo que Marx denomina de *mais-valia absoluta*. (*grifo acrescentado*) (COSTA, 2005).

CAPÍTULO II

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Passado este momento inicial de contexto histórico de *Sobretabalho, Trabalho, e Mais-Valia*, é hora de demorar um pouco no objeto principal deste trabalho, que se caracteriza propositadamente ao entendimento, ou a uma tentativa de aproximação desse conceito e avaliando, à luz de uma pesquisa teórica, as diversas vertentes ou valas por onde escoam os direitos, valores e, sobretudo, a carreira docente que, por onde se ver, está reduzida a um valor indigno de mercado e não de importância.

A Precarização Numa Conjuntura Histórica

O modelo mecanicista de trabalho que resultou da explosão de tecnologia que se alastrou em todas as áreas desde a idade moderna, mais precisamente começando com as revoluções, Francesa, Americana, Mexicana, entre outras, motorizadas pela industrialização e logo depois com as linhas de produção e montagem, com o Fordismo e também com o Toyotismo, o que se percebe é a coisificação do trabalhador.

A nova planta produtiva, baseada no “espírito do toyotismo”, combina ampliação do maquinário técnico-científico-informacional, intensa exploração do trabalho, aumento da informalidade e perda de direitos, e é capaz de se apropriar ainda mais efetivamente do intelecto do trabalho, utilizando conceitos cada vez mais presentes na realidade do trabalhador. As células produtivas, o trabalho em equipe, os círculos de controle de qualidade, as polivalências e as multifuncionalidades, as metas e as competências, os ‘colaboradores’, os ‘consultores’, os ‘parceiros’ são denominações cuja substância, para o autor, se encontra na razão inversa de sua nomenclatura. (RIBEIRO, 2011)

Os termos que se sugerem, para um leitor desavisado, bem que poderiam ser relacionados à realidade funcional hoje, onde a concorrência, tipificada na lei natural, onde só o forte permanece e o fraco, se adapta ou morre, parece ser a marca tangível de controle sobre a produção e o produtor, onde o que se averigua é a retirada da liberdade, onde o

discurso social de acoplações, interações e trabalhos dinamizados acaba por excluir tal possibilidade de libertação.

São conjunturas históricas que atuam sobre as condições estruturais do sistema e o modificam, interferindo sobre as suas formas e configurações. São, portanto, momentos que sintetizam relações de forças das ações das classes sociais, cujas experiências também variam historicamente. O que se quer dizer, em síntese, é que o capitalismo do século XIX não é o mesmo do século XX, e muito menos o do século XXI. (DRUCK, 2011, p. 41)

Portanto, as conjunturas históricas são os agentes modificadores da sociedade, que a seu tempo, vão moldar os valores de cada tempo, e não somente moldar tais estruturas como também mudá-las. Tais alterações tendo por objetivo, quase que exclusivamente, atender a um grupo minoritário e controlador de todo processo das mudanças.

No entanto, o debate das reformas neoliberais no Brasil põe em foco questões sociais e políticas muito mais complexas, dada as características autoritárias, precárias, excludentes e desiguais que marcaram o nosso sistema de relações de trabalho e a nossa estrutura social. Antes de ser pensado no seio de um projeto mais amplo de desenvolvimento e integração, ele preconizava escolhas políticas com forte propensão a acentuar aquelas características, nas palavras de Siqueira Neto: “vulgarizando o conceito de rigidez do direito e do mercado de trabalho e banalizando a negociação coletiva e o papel do estado” (1996, p. 328). Apud. (COSTA M. d., p.121)

Outro agravante que resultou dessa conjuntura histórica é que muitos modelos criados e/ou adaptados tiveram sua repercussão meteórica e logo se apagaram ou se tornaram obsoletos, bem parecido com o a idéia na economia que insistia em se manter, mesmo em face de mudanças estruturais, conhecida como processo de financeirização:

Na era da acumulação flexível, as transformações trazidas pela ruptura com o padrão fordista geraram outro modo de trabalho e de vida pautado na flexibilização e na precarização do trabalho como exigências do processo de financeirização da economia, que viabilizaram a mundialização do capital num grau nunca antes alcançado. Houve uma evolução da esfera financeira, que passou a determinar todos os demais empreendimentos do capital, subordinando a esfera produtiva e contaminando todas as práticas produtivas e os modos de gestão do trabalho, apoiada centralmente numa nova configuração do Estado, que passa a desempenhar um papel cada vez mais de “gestor dos negócios da burguesia”, já que ele age agora em defesa da desregulamentação dos mercados, especialmente o financeiro e o de trabalho. (DRUCK, 2011, p. 41)

Os processos sociais, numa dialética de sentido, são mutáveis e carecem desse tom histórico de mudança para se auto afirmarem, no entanto, o que se questiona é que nesta situação passa a existir uma inversão de valores e, portanto, de resultados que ultrapassam os limites, ditos sociais, das relações humanas, exigindo-se uma nomenclatura de cunho prático para descrever esse novo viés social que é a flexibilização.

Mais uma vez, o que as formulações acima estão a tratar é de um fenômeno novo e velho: o fetiche do mercado que se desdobra em diferentes expressões, a exemplo do fetiche da flexibilização, isto é, de sua autonomização frente aos homens sem suas relações sociais e de trabalho, como uma inversão entre sujeito e objeto. E a flexibilização passa a determinar o comportamento dos sujeitos como uma força exterior e natural, sem que eles –os sujeitos – sejam capazes de reagir e reassumir o controle sobre os processos sociais. Nessa conjuntura histórica – da acumulação flexível, de um regime político sustentado na estratégia da precarização, de um capitalismo flexível ou de um novo espírito do capitalismo – é que se busca compreender, no plano de realidades concretas, onde e como a precarização social do trabalho pode ser demonstrada. (DRUCK, 2011, p. 41)

Por isso, e por conta disso, o próximo passo é pensar a Precarização no trabalho docente, fundado nas novas diretrizes que regularizam e regulamentam as ações funcionais, na ânsia de dirimir, mesmo que em doses muito controladas, os disparates gritantes, não obstante, a discussão era de âmbito marginal, fugindo-se e evitando-se um embate naquilo que se fazia necessário, pautados em possibilidades somente.

Deslocava-se, assim, as discussões e as mobilizações em torno, por exemplo, de uma possível redução da jornada de trabalho como política socialmente mais justa de geração de emprego, e, inclusive, deslocava-se o velho debate em torno da reforma do sistema corporativo e seus anseios por torná-lo mais democrático, em proveito da desregulamentação dos direitos sociais e da flexibilização das relações de trabalho (Oliveira, 1994; Rodrigues, 1999). Atacava-se como rígido um sistema de regulação que estruturalmente sempre se adaptou a todo tipo de conjuntura econômica pelos artifícios oficiais ou clandestinos que tornam extremamente flexível o uso do trabalho no país. (COSTA M. d., p.121)

A Precarização do Trabalho Docente

O trabalho do professor vai ser enquadrado visando a mercantilização do ensino. Se havia distinções entre a gestão de modelos classificados públicos e privados, o que percebe aqui é uma inversão e uma invasão das áreas públicas e privadas no que tange a relação capital trabalho, como diz Gilberto Sousa(2009) apud. (SOUSA V. H., 2012, p. 4)

Os professores passam a ser tratados com os mesmos métodos dos trabalhadores da iniciativa privada, é a proletarização completa da categoria e a destruição da carreira docente. Estabilidade no emprego, evolução funcional por tempo de serviço e titulação, hora-atividade, entre outras conquistas funcionais, começam a se tornar relíquias de um passado distante, algo desconhecido para as novas gerações de professores que ingressaram no mercado de trabalho a partir dos anos 2000. Precarização do trabalho, remuneração flexível, fixação de metas a serem atingidas pela escola, passaram a fazer parte do cotidiano do trabalho dentro da escola (2009, A proletarização do professor, p.115)

A precarização favorece uma queda vertiginosa na qualidade do trabalho docente por praticamente obrigar o profissional da educação a mesclar e buscar outras redes e locais de ensino para melhorar os seus ganhos, impossibilitando-o portanto de se dedicar à sua formação, ao aprimoramento e aperfeiçoamento aos estudos, ao atendimento particularizado ao seu aluno, à elaboração de conteúdos e aulas diversificadas, práticas essas que fundamentam como trabalho intelectual o exercício docente.

Inserido nessa lógica, encontra-se o trabalho docente, que não ficou imune a essas transformações. Pode-se afirmar que as novas relações sociais assumidas no contexto da mundialização financeira do capital estabeleceram mudanças no campo da educação, conformando um visível quadro de desvalorização e precarização do trabalho, que se manifesta em consonância com o atual processo de reestruturação do setor produtivo e de redefinição das formas de intervenção do Estado.

No Brasil, esse processo, acompanhado dos ajustes neoliberais, assumiu traços particulares que estiveram vinculados às condições sócio históricas do país, bem como às relações macroeconômicas estabelecidas com as políticas mundiais na conjuntura da crise capitalista, responsável em acirrar o quadro de estagnação econômica e restringir a autonomia dos países periféricos.(MARONEZE, 2011, p. 3)

A precarização do trabalho docente abre uma nova ordem de perspectiva, já que se entende que o trabalho do professor, a maneira da lida social, frente às suas funções e requisitos formais de atuação, vem sofrendo sucessivos abalos estruturais, acumulando perdas, gerando insatisfações e distanciamento do perfil necessário para o profissional em questão.

com essa perspectiva que se pretende defender que o mundo do trabalho contemporâneo, na transição do século XX para o século XXI, vivencia uma rede de transformações cuja complexidade só pode ser desvendada a partir de uma perspectiva histórico-dialética. As contradições histórico-sociais do trabalho não permitem conclusões apressadas ou definitivas sobre rupturas e novas formas de trabalho ou de relações sociais, pois, ao lado de novas condições e situações sociais de trabalho, velhas formas e modalidades se reproduzem e se reconfiguram, num claro processo de metamorfose social. (DRUCK, 2011)

Neste meio-termo dialético encontra-se o fato de que os resultados que chegam na contemporaneidade não são nada animadores, mas espera-se que essa dicotomia de conceitos diversos, sinalize, a seu tempo, qual o melhor caminho, se é que se pode julgar ter um caminho melhor que ajude nesse emaranhado de problemas e situações que a *precarização do trabalho* condiciona e comissiona o profissional da educação para um afunilamento, para não usar *esmagamento* do *ser* professor.

Portanto, pretende-se explicitar por que a precarização social do trabalho é um novo e um velho fenômeno, por que é diferente e igual, por que é passado e presente e por que é um

fenômeno de caráter macro e microssocial. Para tal empreitada, discutem-se alguns dos mitos e *fetiches* estatísticos que têm influenciado as análises sobre o trabalho e os trabalhadores no atual contexto de mundialização do capital, marcado pela hegemonia do capital financeiro, de uma nova reestruturação da produção e do trabalho e de um *novo espírito do capitalismo*. (DRUCK, 2011)

Dito assim, parece que se apenas posturas sociais amigáveis forem adotadas, essa nova onda capitalista passa e o professor será não mais um dominado e precarizado por esse mesmo sistema que, preconiza que o trabalho flexível estaria na razão primeira do dinamismo capitalista, e portanto, (re)direcionado ao controle e à uma política de dominação como diz (DRUCK, 2011, p.43)

Afirmar que a precarização social do trabalho está no centro da dinâmica do capitalismo flexível significa também entendê-la como uma estratégia de dominação. Isto é, força e consentimento são os recursos que o capital se utiliza para viabilizar esse grau de acumulação sem limites materiais e morais. A força se materializa principalmente na imposição de condições de trabalho e de emprego precárias frente à permanente ameaça de desemprego estrutural criado pelo capitalismo. Afinal, ter qualquer emprego é melhor do que não ter nenhum. Observa-se que os indicadores sociais são classificados como: quantitativos (ou objetivos), construídos a partir de estatísticas e fontes secundárias ou de informações quantitativas de estudos de casos e (ou) *surveys*; e qualitativos (ou subjetivos), constituídos por pesquisas de cunho qualitativo, que utilizam estudos de casos de vários tipos (locais, setoriais, regionais, longitudinais etc.) através de pesquisa direta e fontes primárias e que também formam uma base dedados significativa nos estudos das ciências sociais no Brasil.

Um elemento de controle do fiel da balança era justamente a liberdade de ir e vir. Esse livre deslocamento valorado e móvel deveria ser defendido às custas de não arriscar seu poder hegemônico. Isso explicaria a política da não regulamentação e da liberalização dos mercados, circunscrito no pensamento neoliberal que possibilitava ou outorgava direitos ao Estado para reduzir os direitos sociais, criando condições para um novo sistema de controle do capital sobre a força de trabalho e da produção. (MARONEZE, 2011)

O *Trabalho Decente* é um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade, e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho [...] Os quatro eixos centrais da Agenda do Trabalho Decente são a criação de empregos de qualidade para homens e mulheres, a extensão da proteção social, a promoção e fortalecimento do diálogo social e o respeito aos princípios e direitos fundamentais no trabalho, expressos na Declaração dos Direitos, adotada em 1998 (MTE, 2006, p.5 grifo do texto original).apud (DRUCK, 2011, p. 48)

Na legislação em destaque, o trabalho docente deveria ser valorizado não somente por meio de salários dignos, como também por uma pré-definida jornada de trabalho única,

num determinado estabelecimento de ensino, disponibilizando uma quantidade de tempo necessário para as atividades adicionais ao trabalho de regência. (CALDERÓN, 2009)

O que salta aos olhos, no entanto, é que a luta por melhores condições de trabalho está justamente alicerçada no duplo pilar de interesse de todo o corpo docente, a saber, salários condignos e uma jornada de aulas centrada em uma única escola. Essa demanda tornou-se bandeira dos docentes, entretanto díspare da realidade educacional da maioria dos professores, devido a muitos empecilhos de ordem orçamentária, de falta de políticas públicas mais eficientes, neste particular, e de outros elementos de ordem estrutural.

Se a educação é definida, constitucionalmente, como direito de todos e dever do Estado e da família, exige-se considerar necessariamente a responsabilização, sobretudo da classe política, e a mobilização da sociedade como dimensões indispensáveis de um plano de desenvolvimento da educação. Com efeito, a sociedade somente se mobilizará em defesa da educação se a incorporar como valor social, o que exige transparência no tratamento das questões educacionais e no debate em torno das políticas de desenvolvimento da educação. Desse modo, a sociedade poderá acompanhar sua execução, propor ajustes e fiscalizar o cumprimento dos deveres do Estado (BRASIL, 2008).apud. (CALDERÓN, 2009, p. 336)

Fala-se, num discurso genérico, que a educação é base motora, de efeito prático e eficiente para o progresso, e manutenção do mesmo, na sociedade contemporânea. Grosso modo, seriam os professores diretamente e exclusivamente responsáveis e responsabilizados pelo desempenho dos alunos, dos estabelecimentos de ensino, das notas e índices exigidos e cobrados e do macrossistema.

O professor, diante das variadas funções que a escola pública assume, tem de responder a exigências que estão além de sua formação. Muitas vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras. Tais exigências contribuem para um sentimento de desprofissionalização, de perda de identidade profissional, da constatação de que ensinar às vezes não é o mais importante [...] Nesse contexto é que se identifica um processo de desqualificação e desvalorização sofrido pelos professores. (OLIVEIRA, 2004, p. 1132)

Os conceitos de desqualificação e desvalorização praticamente se tornaram moradores perenes do senso-comum, onde praticamente todos aceitam tais idéias como pertencentes a um processo de agravamento exponencial nos últimos anos, contudo, porém, no contra fluxo dessa realidade está a produção de estudos voltados para esse fim. De fato, os estudos mais significativos a esse respeito, esse é um outro consenso, aconteceram ainda no milênio passado.

A Precarização no Currículo

Para hermetizar essa fase, abordar-se, mesmo que sumariamente, a questão do currículo educacional, entendido em sua abrangência de ação e normatização, que perpassa por toda a realidade da escola, do professor, da sociedade e do sistema.

A precarização do trabalho escolar faz-se presente no currículo, cuja problemática diz respeito não só aos conteúdos básicos da escolarização. Nas expressões do currículo escolar explicita-se como se pensa e se avalia a sociedade, quais modelos humanos são apontados ou desvalorizados, quais crenças são respeitadas, como se vivem as diferenças, o que ainda vale a pena na escola. Também se identificam condições de trabalho e de reflexão da escola, aberturas e amarras do processo de conhecimento, os jogos de poder e convencimento do texto curricular, os focos de desencantoe de esperança de professores e alunos com relação à escola. (SAMPAIO, set/dez 2004, p. 1216)

Estas expressões são pensadas para atender as condições de trabalho ideal, respeitando-se o modelo humano como agente atuante desse currículo e não como um *facilitador* meramente, onde se qualifica o imaginário coletivo de sociedade eficiente, através do viés da educação, responsabilizado pela valoração ou desmerecimento das crenças, das diversidades, das interações e das vivências no âmbito micro da própria escola e o que ela representa na sua cosmovisão para a sociedade.

Expressam-se, também, as determinações, imposições ou simples orientações do sistema de ensino sobre questões que organizam o cotidiano escolar. Ainda que as formas de controle de sua realização sejam decisivas, diferentes graus de legitimidade, sintonia e precisão dessas diretrizes resultam em diferentes formas de adesão e de operacionalização das medidas preconizadas. Também interfere na implementação o sentido ou a direção das mudanças propostas, isto é, o modo como alteram o currículo e o que anunciam de ganhos, de fato, para o professor: se entram facilitando e valorizando seu trabalho, ou com sobrecarga e desordem nesse processo. Isso tem muito peso, ainda que as propostas sejam compreendidas como legítimas nas respostas a problemas, claras em sua intenção e em seus modos de implementação, e sintonizadas com as condições e formas de trabalho da escola e com tentativas já instaladas na prática. 1217 (SAMPAIO, set/dez 2004, p. 1217)

Outros aspectos que interferem diretamente no currículo praticado nas escolas e, vinculados à precarização do trabalho docente pedagógico, de acordo com (Sampaio, set/dez 2004), dizem respeito ao uso efetivo dessas horas de trabalho fora da sala de aula. Uma delas é a que se relaciona ao HTPC ou horas-atividade de uso coletivo nas escolas. Elas somente foram agregadas à carga horária dos professores a partir das reivindicações por parte dos próprios professores.

os HTPCs raramente são utilizados para rever, debater ou obter auxílios coletivos relativos a questões de efetivação do currículo, e sim como tempo dedicado a questões administrativas; as horas-atividade de grande parte dos professores são utilizadas individualmente e fora do

ambiente escolar, portanto, sem a garantia de que de fato constituam tempo de estudo para atualização ou busca de soluções aos problemas enfrentados na prática de sala de aula; □ nas séries de 5ª a 8ª não é obrigatória a atribuição de tal carga de trabalho, fato que estabelece disparidade de condição de trabalho entre os professores de uma mesma escola. Evidentemente, tal situação tem a ver com outras condições de trabalho, como as relacionadas a salário, por exemplo, tendo em vista o número de escolas em que trabalham e o número de horas/aula que assumem, sobretudo para os professores que atuam nas séries finais do fundamental e no ensino médio, que às vezes trespobram a jornada em redes diferentes de ensino. Os professores das séries iniciais, em alguns locais, ainda dobram a jornada assumindo carga horária em escolas de redes públicas diferentes – estadual e municipal – ou em escolas públicas e privadas. (SAMPAIO, set/dez 2004, p. 1218)

A conjuntura para uma estabilidade da função do profissional-professor requer muitas discussões e vão demandar, infelizmente um longo processo de maturação, especialmente porque o processo pedagógico é multifacetado, numa dinâmica assistencial quase que particular para cada aluno, tendo em vista à evolução do conhecimento do discente é variada em depende de múltiplos fatores, inclusive, e não obstante, o de melhores ganhos para a classe.

são complexas as mudanças pretendidas, objetivando articular e mudar o foco dos conteúdos e também organizar o processo pedagógico de modo que possibilitem aprendizagem contínua e avanços diferenciados aos alunos. Como parece evidente, são alterações marcadamente comprometidas pela precarização do trabalho escolar, especialmente no que se refere às condições de formação e de trabalho docentes. Além disso, há a necessidade de que evidenciem precisão, sintonia, legitimidade e ganhos, para que sejam escolhidas pelos professores, e não impostas e rejeitadas na prática. No primeiro caso, algumas tentativas de organizar o currículo com base em projetos expõem sua aceitação bem como seus efeitos no direcionamento do trabalho com os alunos, exemplificando, em escolas que vivem condições adversas, o empobrecimento do processo pedagógico. (SAMPAIO, set/dez 2004, p. 1218)

A escola se descobre escolhadora do modelo que regerá as suas práticas e metodologias e o professor por conseguinte, muitas vezes devido à carga horária diversa e adversa que tem que cumprir em outras escolas, tem que viver e conviver com modelos e situações diferentes e particulares que não ajudam nem corroboram para uma dinamização do seu trabalho, mesmo trabalhando nas mesmas séries, mas em escolas diferentes que adotam modelos de organizam pedagógicas muitas vezes divergentes.

Na organização pedagógica centrada na transmissão cultural, a função disciplinadora e de controle está presente como parte do processo de ensino e aprendizagem, embutida nas mesmas lições e atividades propostas aos alunos. Já o que se constata no trabalho centrado em projetos, implementado em várias escolas, é que essa função disciplinadora não mais está imbricada nas tarefas de aprendizagem de conteúdos. (SAMPAIO, set/dez 2004, p. 1218)

Uma prática que se tornou quase modelo perfeito de se fazer educação passa pelo formato dos projetos. Projetos se forem pensados para ações pontuais resultassem em efeitos mais duradouros. No entanto, o que percebe é a tentativa de facilitar a aprovação dos alunos ou, em alguns muitos casos, o de *apressar e reduzir* o tempo de permanência desse aluno nesta esfera contida, porque outros e outros virão. Esse modelo de currículo se distancia ainda mais do ideal de educação.

A movimentação dos alunos em torno dos projetos permite supor que, nessa nova organização do trabalho escolar, eles precisam estar, sobretudo, ocupados ou distraídos, para sua proteção ou para o controle de sua atuação desordeira, própria de seu novo papel, que se distancia daquele que identificava aluno como estudante. Disciplina e controle assumem uma outra conformação, expondo certas inflexões no currículo, num sentido claro de redução e aligeiramento. (SAMPAIO, set/dez 2004, p. 1218)

O imediatismo também se reconhece neste novo molde que pode resultar, em dado momento do processo dos projetos, na interdisciplinaridade de conteúdos, que se arranjados de forma a atender as variações metodológicas, podem causar uma aprendizagem substancial. O questionamento aqui, contudo, é: até onde se poderá coadunar todas as disciplinas para trabalharem de forma sincrônica.

Observam-se, contudo, possibilidades de outra resultante, já que dentro do mesmo formato ou da mesma estrutura, mantendo as disciplinas da base comum e da parte diversificada, o currículo consegue sofrer arranjos diversos, como variações em metodologias de ensino ou nas relações entre as disciplinas. Tais arranjos podem expressar maior centralidade na aprendizagem dos conteúdos ou em atividades voltadas aos interesses imediatos dos alunos. (SAMPAIO, set/dez 2004, p. 1218)

Ou então, nos modelos implícitos

Nas condições desfavoráveis em que se efetiva o trabalho escolar, os projetos ganham conotações diversas. No caso dos chamados projetos interdisciplinares, por exemplo, o termo "interdisciplinaridade", muitas vezes, é usado apenas para se referir a trabalho conjunto. É diferente do conceito de interdisciplinaridade como estudo de problemas por meio de categorias conceituais que são comuns ou podem transitar entre as diversas disciplinas. É diferente também de estudo multidisciplinar para o trato de temática comum, pois nesses projetos o que é específico das disciplinas pode se dissolver nas diversas tarefas. (SAMPAIO, set/dez 2004, p. 1219)

CAPÍTULO III

O SOBRETALHO E A SAÚDE DO PROFESSOR

Outro aspecto nada novo da precarização do trabalho docente tem íntima relação com os agravos na saúde dos professores e profissionais da educação como um todo. Ao tempo que o trabalho toma formas cada vez mais controladoras da vida dos professores, cresce na mesma proporção os problemas salutar, familiares, pessoais, que interferem diretamente no resultado do trabalho dos mestres.

Tanto nosso sistema de saúde quanto nosso sistema de educação têm como princípios constitucionais a universalidade, a equidade e a integralidade. Saúde e educação são definidas como direitos sociais. Um dos grandes desafios que se impõem às políticas públicas de saúde e educação é justamente aproximar a realidade dessas áreas ao texto constitucional. (SOUSA, 2011, p. 4)

No entanto, parece ser do senso-comum, que nem de longe o governo ou governos vêm a educação e seus profissionais por essa ótica universalizada, íntegra e social. Na prática, e o que se vê em todo esse trabalho, é um total descaso do processo educacional que tem em sua contrapartida o controle absoluto da mão de obra do profissional como apenas força de trabalho coisificada, destituída de personalidade ou aura.

Dizendo doutro jeito, a educação é uma mera prestação de serviço, na visão de Soratto e Heckler (1999) citadas por Abonízio, envolta em exigências e tensões:

Substancializando tal problemática, Soratto e Heckler (1999) afirmam que raramente os especialistas analisam a questão do trabalho docente e a escola como elemento parte de uma organização de trabalho. Para tais autoras, a escola é uma organização de trabalho prestadora de serviços, a educação. No entanto, tal serviço assume a particularidade pôr esse profissional a todo o momento numa situação de exigência e de tensão. Isto é, o profissional da educação tem sua atividade sendo avaliada constantemente pelos seus “clientes”, os alunos. Portanto, a satisfação dos alunos em relação ao serviço prestado pelo professor, diferentemente de um produto tangível que satisfaz uma necessidade no ato no consumo, ocorre de maneira processual, ou seja, é durante o processo de ensino que o aluno vai obter um serviço de qualidade e que lhe satisfaça. (ABONIZIO, 2012, pp. 1,2)

Essa preocupação com esse modelo estrutural de funcionamento do trabalho vai gerar uma quantidade enorme de reverberações, conhecidas a muito pelos estudiosos. Estranhamente, alguns desses ecos recaem justamente sobre a idéia de comprometimento da saúde do professor. Um dos ecos mais discutidos perpassa pelo conceito do estresse e as conseqüências dele nas atividades laborais.

o estresse, como reação natural do organismo diante de situações de perigo ou de solicitações externas inesperadas, é um elemento constitutivo da atividade humana, tendo em vista que a atividade do trabalho possui sempre um componente de desconhecido, o excesso de estresse que surge na civilização do capital e que se vincula a situações de estranhamento/alienação, de perda de controle da atividade social, e do agudo fetichismo que se dissemina na sociedade produtora de mercadorias nega a plena atividade laboral humana, ou seja, torna-se aquilo que o jovem Marx indicara como desefetivação. (RIBEIRO, 2011, p. 482)

A grande questão agora é entender até onde pode se pensar a atividade laboral humana, em especial a atividade educacional que não devia se prestar apenas como um produto capitalista necessário, mas entendida por sua importância dentro do contexto de formação, do individuo e especialmente do homem enquanto conceito universal. Não obstante, como citado por Graça Druck à pagina 48, o trabalho docente devia tender e atender para alguns eixos de cunho, extensão, e proteção sociais para uma aceitação e valorização do homem, respeitando seus direitos fundamentais básicos regidos pela declaração Universal dos Direitos Humanos:

O Trabalho Decente é um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade, e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho [...] Os quatro eixos centrais da Agenda do Trabalho Decente são a criação de emprego de qualidade para homens e mulheres, a extensão da proteção social, a promoção e fortalecimento do diálogo social e o respeito aos princípios e direitos fundamentais no trabalho, expressos na Declaração dos Direitos, adotada em 1998 (MTE, 2006, p.5 grifo do texto original). (DRUCK, 2011).

Contudo, ao se comparar o trabalho idealizado com o trabalho praticado, notar-se-á não uma lacuna, mas um verdadeiro e intransponível abismo, tanto de um lado como de outro, onde o Estado não cumpre o que promete e o professor não consegue romper a distância que o separa do reconhecimento funcional esperado. Para piorar, se ainda pode ser pior, agrega-se ao trabalho do educador outras tantas funções.

Entretanto, as condições de trabalho que o professor está inserido não têm colaborado para o êxito dessa profissão, pois, como foi observado através da literatura especializada, cada vez mais esse profissional tem se deparado com uma realidade difícil, por exemplo, trabalho em

vários turnos, salários depreciados, trabalho extra-sala, infra-estrutura problemática, contratos de trabalho temporários, entre outros. (ABONIZIO, 2012, p. 26)

Como diz Severo, um professor de História das redes estadual e municipal de ensino, “você sai da escola, mas a escola não sai de você”. Uma frase quase lúdica se não fosse tão cruel. Neste contexto se percebe um descontentamento consensual entre aqueles que fazem a educação que o trabalho do professor nunca acaba, nem na escola, nem fora dela.

Outro contexto a ser referido em relação ao trabalho do professor, é que mesmo fora da escola, os professores possuem tarefas concretas relacionadas à docência. A preparação das aulas, por exemplo, acontece na maioria das vezes ao final da noite, juntamente com outras atividades, como assistir a TV, ou mesmo orientar as tarefas escolares dos filhos, uma vez que parcela significativa de professores trabalha em dois turnos ou mais (na mesma escola ou em outra privada). Há também a presença marcante do trabalho doméstico entre as professoras, que se constitui em carga de trabalho agregada. Desta forma, o tempo de descanso e lazer e o espaço para a construção de novas estratégias ficam comprometidos. O trabalho estressante com jornadas de até 12 horas, salários baixos, salas de aula superlotadas, péssimas condições de higiene, eleva a incidência dos problemas de saúde física e mental dos professores e reduz a qualidade de ensino na escola pública estadual. (TUANI, p. 4)

Os problemas de saúde vão se agravar num conjunto inversamente proporcional de efeito dominó, coletivo e massivo. Quanto mais trabalho o educador levar pra casa menor sua autonomia e disposição física, espiritual, emocional, abrindo assim precedentes para o desenvolvimento de síndromes e doenças não comuns ou de exclusividade dos educadores, contudo de efeito devastador em carreiras e famílias.

Em função desse quadro adverso, doenças como estresse, depressão, síndrome do pânico e de Burnout (é um termo psicológico que descreve o estado de exaustão prolongada e diminuição de interesse, especialmente em relação ao trabalho. O termo "burnout" - do inglês "combustão completa"- descreve principalmente a sensação de exaustão da pessoa acometida.) têm atingido um número cada vez maior de professores³. (TUANI, p. 4)

Abonizio vai aprofundar a questão da síndrome de Burnout quando faz referência ao processo educacional como sendo um conjunto comprometido que ameaça cada vez a

³ Síndrome de Burnout é definida como uma reação à tensão emocional crônica gerada a partir do contato direto, excessivo e estressante com o trabalho. Esse tipo de síndrome faz com que a pessoa perca a maior parte do interesse em sua relação com o trabalho, de forma que as coisas deixam de ter importância e qualquer esforço pessoal passa a parecer inútil. Entre os fatores aparentemente associados ao desenvolvimento da Síndrome de Burnout está a pouca autonomia no desempenho profissional, problemas de relacionamento com as chefias, problemas de relacionamento com colegas ou clientes, conflito entre trabalho e família, sentimento de desqualificação e falta de cooperação da equipe.

qualidade de ensino e tendo em seu bojo, de forma subliminar e silenciosa como um câncer, a relação intrínseca entre as condições de trabalho dos docentes e sua saúde precária.

Além das conseqüências que todo esse conjunto trás para o processo e qualidade do ensino, outras implicações foram registradas à saúde desse profissional. Nesse sentido, foi significativa a exposição de alguns resultados a respeito da relação entre condição de trabalho docente e saúde, uma vez que, têm sido enormes os níveis de afastamento de profissionais da sala de aula por problemas relacionados à deterioração de sua saúde. Além de estar provocando fissuras para o futuro da educação devido à “contaminação” que esses profissionais tem tido pela síndrome de *burnout*, a qual, como alerta Codo (1999), é a *síndrome da desistência do educador, que poderá levar a falência da educação*. (ABONIZIO, 2012)

Outros itens favorecem o descontentamento, aumentam o trabalho, agravam a saúde, desmotivam os profissionais e geram um êxodo dos profissionais da educação que migram para outras carreiras menos penosas. Entre alguns desses vilões está o excesso de alunos por turma, impossibilitando um trabalho necessário que atenda as demandas de professores e alunos, assim sendo todos perdem. A estrutura precária tanto das escolas como do sistema de educação como um todo vem dar coro ao já sucateado trabalho do professor.

Outra situação diz respeito à falta de trabalho em equipe, especialmente porque um dos lemas da educação praticada no Brasil reza o interesse por uma interdisciplinaridade, mas que na prática incentiva a concorrência e enclausuramento dos conteúdos e, por conseguinte um distanciamento ainda maior entre os professores. Some-se a isso a indisciplina, a não valorização dos educadores e da educação e os míseros salários.

CONCLUSÃO?

Nem de longe se tem a pretensão de esgotar, fechar ou mesmo concluir um tema desse magnitude. Entender o momento histórico talvez seja o primeiro e importante passo para a libertação do sistema opressor que impera em quase todas as instâncias públicas e que trabalham com afincos para perpetuar os modelos de controle social que fazem dos profissionais da educação muitas vezes de marionetes e de massa de manipulação política.

Como visto, o sobretrabalho tem sua origem na alienação sofrida pelo trabalhador quando é usado pelo capitalista como força produtora. A Mais-Valia, por sua vez, que gera um rompimento ou uma quebra entre o que se produz e o que se ganha para se produzir algo. Um descontentamento se instalou quando se percebeu que a precarização do trabalho tem suas ramificações históricas e que a precarização do trabalho docente tem como critério interventor mudar e comprometer o currículo, deixando os professores e às escolas sob o julgo dos capitalistas disfarçados de investidores.

E por fim se trabalhou as conseqüências dessa sobrecarga de trabalho exercida pelo educador em relação à sua saúde, da sua família e em relação aos seus pares, numa leitura nada motivadora. Agregue-se a isso a desqualificação que ronda os educadores. É preciso buscar um meio termo para que a situação da educação no Brasil não sofra em poucos anos seu golpe de misericórdia, já que o notado é uma desmotivação generalizada e sem precedentes diante da dura realidade que é ser educador numa cultura e política como as nossas.

Como pode ser observado a partir dos resultados obtidos por meio da literatura especializada, tais estudos revelam que as condições de trabalho que essa categoria profissional está submetida têm sofrido severas transformações. Por exemplo, processo de desqualificação, desprofissionalização, intensificação do trabalho, flexibilização dos contratos, entre outros. Desse modo, todo o movimento referido tem contribuído para o definhamento da saúde dos trabalhadores da área, principalmente no que pese à saúde mental. (ABONIZIO, 2012, p. 23)

BIBLIOGRAFIA

CALDERÓN, A. I. **Educação Básica Privada: Flexibilização do Trabalho Docente**. Lisboa. 2009.

COSTA, C. **Sociologia: Introdução à Ciência da Sociedade**. São Paulo: Editora Moderna, 2005.

COSTA, M. d. **O Sistema de Relações de Trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual**. Revista Brasileira de Ciências Sociais vol. 20 no. 59 .

DRUCK, G.. **Trabalho, Precarização e Resistências:novos e velhos desafios?** Caderno CRH, Salvador, v.24, n. spe 01 , pp. 37-57. Ano XIV - n 25/26 de 2011.

<http://alcateiaderaciocinios.blogspot.com.br/2013/04/teoria-da-mais-valia-karl-marx.html>. (s.d.).

MARONEZE, L. F. **A Precarização do Trabalho Docente na Rede Estadual de Educação Básica do Paraná (1995-2002)**. Maringá. 2011.

OLIVEIRA, D. A. **A Reestruturação do Trabalho Docente::Precarização e Flexibilização**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 89, pp. 1127-1144. Set./Dez.2004.

QUINTANEIRO, T. et al; **Um Toque de clássicos**. Belo Horizonte. Editora: UFMG. 2011.

RIBEIRO, B. C. **Trabalho e Subjetividade - o espírito do toyotismo na era do capitalismo**. O Social em Questão - Ano XIV - n0 25/26 . 2011.

SAMPAIO, M. d. **Precarização do Trabalho Docente e Seus Efeitos Sobre as Prática Curriculares**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 89 , pp. 1203 - 1225. Set./Dez. 2004

SOUSA, V. H. F. **A Precarização do Trabalho Docente e Remuneraçãoflexível: O caso da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro**. Niteroi. 2012.